



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO 26/2018.**

**APOSTILA 02 AO CONTRATO 26/2018 (evento [0363053](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0001696-82.2018.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 47/2018**

**Contrato celebrado entre a União, por meio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, CNPJ 04.565.735/0001-13, e a empresa Limpar Limpeza e Conservação Ltda – EPP, CNPJ 08.775.721/0001-85, para prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material, nos prédios da justiça eleitoral, localizados no interior do Estado de Rondônia.**

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições legais, por meio do Despacho 1028/2021-PRES/DG/GABDG, de 12/08/2021 (evento [0724872](#));

RESOLVE:

**I - EXPEDIR** a presente APOSTILA, com fundamento na Cláusula Vigésima Primeira do Contrato 26/2018 (evento [0363053](#)), no art. 12 do Decreto Federal 9.507/2018, no Acórdão 1563/2004/TCU e no art. 54 e seguintes, da Instrução Normativa 05/2017/SLTI/MPOG, para registrar a **Repactuação de 5,13%** (cinco inteiros e treze centésimos por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 1º/01/2021**, em face da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2021/2021, conforme detalhamento abaixo e conforme novas planilhas de composição de custos (Anexo I deste instrumento):

Reflexos da convenção coletiva de 2021, para efeito desta repactuação:
1. Alteração dos salários de servente de limpeza de R\$ 1.196,43 para R\$ 1.256,25 (reajuste de 5%) - Cláusula Terceira da CCT/2021;
2. Alteração do auxílio alimentação de R\$ 400,00 para R\$ 440,00 - Cláusula Décima Quinta da CCT/2021;
3. Alteração do auxílio transporte de R\$ 98,00 para R\$ 100,00 - Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Sétimo da CCT/2021;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Manutenção do pagamento de adicional de insalubridade a todos os trabalhadores que realizem higienização de instalações sanitárias e limpeza de áreas hospitalares, no grau máximo de 40%, Cláusula Décima Segunda da CCT/2021, aplicado sobre o salário mínimo nacional em vigor (R\$ 1.100,00); e

5. Alteração nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços decorrente da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.

Fonte: Informação n. 82/2021/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0719026](#)).

Alterações nos valores homem/mês e mensal:				
Mão de Obra/Quantidades	VALOR ATUAL HOMEM/MÊS	VALOR ATUAL MENSAL 21 POSTOS	VALOR HOMEM/MÊS C/ REPACTUAÇÃO 2021	VALOR MENSAL C/ REPACTUAÇÃO 2021
Servente de Limpeza com insalubridade/21	R\$ 3.658,17	R\$ 76.821,57	R\$ 3.855,95	R\$ 80.974,95

Fonte: Informação n. 82/2021/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0719026](#)).

**II** - Em decorrência da repactuação registrada nesta Apostila, incidiu ao contrato o valor de **R\$ 49.840,56** (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), correspondente à atualização contratual na ordem de 2,69% (dois inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), de acordo com o quadro abaixo:

ATUALIZAÇÃO /REPACTUAÇÃO DE 2021 (01/01/2021)		
VALOR TOTAL ATUAL DO CONTRATO	( A )	R\$ 1.853.429,28
Valor atual mensal dos	Meses faltantes p/	Valor do saldo atual do

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços	execução em 01/01/2021	Contrato	
R\$ 76.821,57	12	(B )	R\$ 921.858,84
Estimativa de Horas Extras:		(C )	R\$ 24.000,00
VALOR DO SALDO ATUAL DO CONTRATO (B+C):		(D )	R\$ 945.858,84
Valor mensal c/ repactuação de 2021	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2021	Valor atualizado do saldo do Contrato	
R\$ 80.974,95	12 meses	( E )	R\$ 971.699,40
Estimativa de Horas Extras:		( F )	R\$ 24.000,00
VALOR ATUALIZADO DO SALDO DO CONTRATO (E+F):		(G )	R\$ 995.699,40
VALOR DA REPACTUAÇÃO (G - D)		(H )	R\$ 49.840,56
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:		(I )	2,689%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM A REPACTUAÇÃO DE 2021 (A+H)		(J )	R\$ 1.903.269,84

Fonte: Informação n. 82/2021/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0719026](#)).

**III** - A presente repactuação tem efeitos financeiros retroativos a 1º/01/2021.

**IV** – Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.

**V** - As despesas com esta repactuação correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Nota de Empenho TRE-RO n. 2021NE000049.

**VI** - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a **Contratada deverá oferecer**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, **complementação da GARANTIA, no valor**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **R\$ 2.492,03** (dois mil e quatrocentos e noventa e dois reais e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.

**VII** – Considerando os valores desta repactuação, do contrato originário e das repactuações anteriores e para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU n. 749/2010–Plenário), registre-se que o valor total atualizado deste contrato passa a ser de 1.903.269,84 (um milhão, novecentos e três mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

**VIII** - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**IX** - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita e no Anexo II deste instrumento consta o resumo do histórico desta contratação.

**X** - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Porto Velho/RO, 13 de agosto de 2021.

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**

Diretora Geral do TRE-RO

**ANEXO I DA APOSTILA 02 AO CONTRATO N. 26/2018/TRE-RO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA LIMPAR  
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP - REPACTUAÇÃO CCT  
2021 - LIMPEZA INTERIOR**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA							
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO							
TIPO DE SERVIÇO			UNIDADE DE MEDIDA		QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR		
SERVENTE DE LIMPEZA			POSTO		21		
MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL							
1	Tipo de Serviço				SERVENTE DE LIMPEZA		
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)				5134-25		
3	Salário Normativo da Categoria Profissional				R\$ 1.256,25		
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)				Asseio e Conservação		
5	Data Base da Categoria ( Dia/Mês/Ano)				01/01/2021		
1. MÓDULOS							
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				VALOR (R\$)		
A	Salário-base				R\$ 1.256,25		
B	Adicional de Periculosidade						
C	Adicional de Insalubridade (40% Salário Mínimo (R\$ 1.100,00)				R\$ 440,00		
D	Adicional Noturno						
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida						
F	Adicional de Hora-Extra no Feriado Trabalhado						
G	Outros (especificar)						
TOTAL					R\$ 1.696,25		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MÓDULO 2 : ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				Percentual (%)	Valor (R\$)	
A	13º (Décimo Terceiro) Salário				8,33%	R\$ 141,30	
B	Férias e Adicional de Férias				2,77%	R\$ 46,99	
Subtotal						R\$ 188,28	
C	Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre total submódulo 2.1					R\$ 66,46	
Total						R\$ 254,75	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições				Percentual (%)	Valor (R\$)	
A	INSS				20,00 %	R\$ 339,25	
B	Salário Educação				2,50%	R\$ 42,41	
C	Seguro Acidente de Trabalho (RAT x FAP)	RAT =	3,00%	0,50 00	1,5000 %	R\$ 25,44	
D	SESC ou Sesi				1,50%	R\$ 25,44	
E	SENAI ou SENAC				1,00%	R\$ 16,96	
F	SEBRAE				0,60%	R\$ 10,18	
G	INCRA				0,20%	R\$ 3,39	
H	FGTS				8,00%	R\$ 135,70	
Total					35,30 %	R\$ 598,77	
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>A</b>	<b>Transporte</b>		<b>R\$</b>	<b>98,00</b>
<b>B</b>	<b>Auxílio-Refeição/Alimentação</b>		<b>R\$</b>	<b>435,64</b>
<b>C</b>	<b>Auxílio Creche e Auxílio Filho Excepcional.</b>		<b>R\$</b>	<b>6,50</b>
<b>D</b>	<b>Seguro de Vida (R\$ 10,00 - R\$ 5,00 (funcionário))</b>		<b>R\$</b>	<b>5,00</b>
<b>Total</b>			<b>R\$</b>	<b>545,14</b>
<b>Quadro-resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>				
<b>2</b>	<b>Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>		<b>Valor (R\$)</b>	
<b>2.1</b>	<b>13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>R\$</b>	<b>254,75</b>
<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e Outras Contribuições</b>		<b>R\$</b>	<b>598,77</b>
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>		<b>R\$</b>	<b>545,14</b>
<b>TOTAL</b>			<b>R\$</b>	<b>1.398,66</b>
<b>MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>				
<b>A</b>	<b>Aviso-prévio indenizado</b>	<b>0,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>B</b>	<b>Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>C</b>	<b>Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	<b>0,20%</b>	<b>R\$</b>	<b>3,39</b>
<b>D</b>	<b>Aviso Prévio Trabalhado</b>	<b>0,14%</b>	<b>R\$</b>	<b>2,43</b>
<b>E</b>	<b>Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>		<b>R\$</b>	<b>0,86</b>
<b>F</b>	<b>Multa sobre o FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	<b>4,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>67,85</b>
<b>TOTAL</b>			<b>R\$</b>	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			74,52
<b>MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	<b>Férias</b>	<b>8,33%</b>	<b>R\$ 141,30</b>
<b>B</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>0,66%</b>	<b>R\$ 11,20</b>
<b>C</b>	<b>Licença Paternidade</b>	<b>0,02%</b>	<b>R\$ 0,34</b>
<b>D</b>	<b>Ausência por Acidente de Trabalho</b>	<b>0,03%</b>	<b>R\$ 0,51</b>
<b>E</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>	<b>0,61%</b>	<b>R\$ 10,35</b>
<b>F</b>	<b>Ausência por Doença / Auxílio Doença</b>	<b>0,22%</b>	<b>R\$ 3,73</b>
<b>G</b>	<b>Outros (especificar)</b>		<b>R\$ -</b>
<b>Subtotal</b>			<b>R\$ 167,43</b>
<b>G</b>	<b>Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre as ausências legais 4.1</b>		<b>R\$ 59,10</b>
<b>Total Sub Módulo 4.1</b>			<b>R\$ 226,53</b>
<b>4.2</b>	<b>Intrajornada</b>		<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	<b>Intervalo para repouso ou alimentação</b>		<b>R\$ -</b>
<b>B</b>	<b>Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o submódulo 4.2</b>		<b>R\$ -</b>
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>
<b>Quadro-resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>4</b>	<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>		<b>Valor (R\$)</b>
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>		<b>R\$ 226,53</b>
<b>4.2</b>	<b>Intrajornada</b>		<b>R\$ -</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>	<b>226,53</b>
<b>MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS</b>			
<b>5</b>	<b>Insumos diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
<b>A</b>	<b>Uniformes</b>		<b>24,72</b>
<b>B</b>	<b>EPI's</b>		<b>5,60</b>
<b>C</b>	<b>Equipamentos</b>		<b>26,71</b>
<b>TOTAL</b>			<b>57,03</b>
<b>MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
<b>6</b>	<b>Custos indiretos, tributos e lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	<b>Despesas Administrativas/ Operacionais</b>	<b>1,00%</b>	<b>R\$ 34,54</b>
<b>B</b>	<b>Lucro</b>	<b>1,00%</b>	<b>R\$ 34,88</b>
<b>SUBMÓDULO 6.2: TRIBUTOS</b>		<b>8,65%</b>	
<b>Base para cálculo dos tributos</b>		<b>0,9135</b>	<b>R\$ 3.855,95</b>
<b>C.1</b>	<b>Tributos Federais - PIS</b>	<b>0,65%</b>	<b>R\$ 25,06</b>
<b>C.2</b>	<b>Tributos Federais - COFINS</b>	<b>3,00%</b>	<b>R\$ 115,68</b>
<b>C.3</b>	<b>Tributos Municipais - ISS ou ISSQN</b>	<b>5,00%</b>	<b>R\$ 192,80</b>
<b>Percentual Total e Valor Total de Tributos</b>		<b>8,65%</b>	<b>R\$ 333,54</b>
<b>2. QUADRO RESUMO DE CUSTO POR EMPREGADO</b>			
<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>		<b>Valor (R\$)</b>	
<b>A</b>	<b>Módulo 1 - Composição da remuneração</b>	<b>R\$</b>	<b>1.696,25</b>
<b>B</b>	<b>Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>R\$</b>	<b>1,39</b>
			<b>8,66</b>
<b>C</b>	<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>	<b>R\$</b>	<b>74,52</b>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>D</b>	<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>R\$</b> <b>226,53</b>
<b>E</b>	<b>Módulo 5 - Insumos diversos</b>	<b>R\$</b> <b>57,03</b>
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>R\$</b> <b>3.452,99</b>
<b>F</b>	<b>Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro</b>	<b>R\$</b> <b>402,96</b>
<b>Valor total por empregado</b>		<b>R\$</b> <b>3.855,95</b>

**3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	<b>VALOR PROPOSTO POR EMPREGADO</b>	<b>QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR POSTO</b>	<b>VALOR PROPOSTO POR POSTO</b>	<b>QUANTIDADE DE POSTOS</b>	<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS</b>
<b>SERVEN-TE DE LIMPEZA</b>	<b>R\$</b> <b>3.855,95</b>	<b>1</b>	<b>R\$</b> <b>3.855,95</b>	<b>21</b>	<b>80.974,95</b>
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS</b>					<b>R\$</b> <b>80.974,95</b>

**ANEXO II DA APOSTILA N. 02 AO CONTRATO N. 26/2018/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO (Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas\*):**

<b>Contrato/Termo Aditivo/Apostila (Objetos,</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão</b>
--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>de cada termo aditivo/apostila</b>	<b>registrado em cada termo aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato</b>  <b>(Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 26/2018 (assinado em 24/11/2018) - Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0363053</a> )  Vigência de 24 meses, a contar de 02/01/2019.  (Garantia: R\$ 86.700,00)	<u>R\$ 1.734.000,00</u>	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 22/07/2019 – Volume X do PA (evento <a href="#">0436491</a> )  Repactuação CCT 2019/2019 que impactou o valor do contrato em 4,552% (R\$ 78.927,84), a contar de 1º/01/2019 + alteração de redação dos itens I e II da Cláusula Décima Sétima do contrato originário.  (garantia: R\$ 3.946,39)	<u>R\$ 78.927,84</u>	-
Apostila n. 01, assinada em 16/07/2020 – Volume XII do PA (evento <a href="#">0560247</a> )  Repactuação CCT 2020/2020 que impactou o valor do contrato em 2,234% (R\$ 40.501,44), a contar de 1º/01/2020.	<u>R\$ 40.501,44</u>	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(garantia: R\$ 2.025,07)		
Termo Aditivo n. 02, assinado em 26/10/2020 – Volume XIII do PA (evento <a href="#">0609749</a> )		
Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 02/01/2021 até 01/01/2023.	R\$ 1.869.717,68	
(garantia: R\$ 93.485,88)		
Apostila n. 02, assinada em __/08/2021 – Volume XV do PA (evento <a href="#">0726165</a> )		
Repactuação CCT 2021/2021 que impactou o valor do contrato em 2,69% (R\$ 49.840,56), a contar de 1º/01/2021.	<u>R\$ 49.840,56</u>	-
(garantia: R\$ 2.492,03)		

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>R\$ 1.903.269,84</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>0,00%</b>

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/08/2021, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0726165** e o código CRC **46D94911**.

0001696-82.2018.6.22.8000

PROCESSO: 0001696-82.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL (SEAP)

ASSUNTO: Pedido de Repactuação - CCT 2021 – Contrato n. 26/2018 – Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP. Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado.

**PARECER JURÍDICO Nº 108 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – Limpar Limpeza e Conservação LTDA - EPP para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de 21 (vinte e uma ) unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, 1 (um) posto para cada local, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, sem fornecimento de material de limpeza, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 26/2018 ([0363053](#)), o qual se encontra em plena vigência, nos termos da prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses anotada no Termo Aditivo 02 ao Contrato 26/2018 ([0609749](#)), com termo previsto em 01/01/2023.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** Por intermédio de e-mail ([0716504](#)) e formalização do ofício de nº 114/2021 – Licitações e Contratos, datado de 14/07/2021 (evento [0716505](#)), a contratada requereu pedido de repactuação dos preços do contrato supracitado, em virtude de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2021/2021. A SEAP – Seção de Administração Predial, juntou aos autos a planilha de repactuação enviada pela contratada ([0716507](#)) e convenção coletiva de trabalho 2021/2021 ([0716508](#)).

**03.** Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa contratada ([0716507](#)), a gestora do contrato, verificou inconsistências nos seus cálculos e enviou e-mail a empresa ([0718991](#)) apresentando planilha corrigida ([0718996](#)). Em resposta, a empresa manifestou aquiescência com os novos valores e planilhas apresentadas, conforme consta no e-mail ([0719020](#)).

**04.** Ademais, noticiou a unidade gestora em sua Informação nº 82/2021 ([0719026](#)) que com a repactuação de 2021 o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ 76.821,57 (setenta e seis mil oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos) R\$ 80.974,95 (oitenta mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), provocando um **aumento de 5,13% (cinco virgula treze por cento) no valor mensal dos serviços contratados** (percentual arredondado) e como consequência, o **valor da contratação deverá sofrer uma atualização de 2,69% (dois virgula sessenta e nove centos)**, conforme a informação da gestão contratual nos autos.

**05.** Sendo a repactuação ora em análise retroativa a 01/01/2021, haja vista a convenção ter estabelecido como data base da categoria, haverá diferença a pagar relativa ao período de janeiro/2021, até o mês que esta for formalizada. A partir do mês seguinte, a contratada emitirá NF com o valor mensal repactuado. A chefe da SEAP informa que para o custeio da repactuação de 2021 não será necessário o reforço da nota de Empenho 2021NE000049, o saldo atual é suficiente para o custeio total da despesa no exercício.

**06.** Mediante o Despacho n. 1235/2021 ([0553319](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta de apostila contratual; à COFC para programação orçamentária, e após à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

**07.** A minuta da Apostila nº 02 ao Contrato nº 26/2021 foi elaborada pela SECONT, e juntada aos autos pelo evento [0553849](#). Na sequência, pela Remessa 148 ([0721091](#)) a unidade procedeu a remessa dos autos a AJDG.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08. Por fim** instruídos, esta Assessoria Jurídica passa a análise quanto à possibilidade jurídica da repactuação e aprovação da minuta retro citada. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos por via dos Acórdãos TCU nº 474/2005 – Plenário e 1563/2004 - Plenário.

**10.** Veja-se, ainda, o art. 55 da IN SLTI/MPOG n. 05/17:

Art. 55 - O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

**11.** Assim, pela análise técnica da gestão contratual, inclusive com relação aos cálculos, parece aplicável a regra da repactuação registrada no Contrato Administrativo nº **26/2018**, o qual previu expressamente as situações de repactuação do ajuste nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de custo do contrato, a exemplo dos insumos, conforme registro na **Clausula Vigésima Primeira** do Contrato nº 26/2018, evento [0363053](#).

**12.** Dessa forma, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra e auxílio alimentação, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação ([0716508](#)) e na análise da unidade gestora da contratação ([0719026](#)), situação prevista expressamente pelo art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão Plenário TCU 1.563/04 e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreadas por cláusula contratual.

**13.** Deferida a repactuação aqui analisada, entendemos que se devem majorar os valores contratados desde 01/01/2021, para os postos de trabalho constantes do contrato originário. Nesse compasso, os períodos estão albergados pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN MPOG/SLTI**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**nº 005/17**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, a teor da Clausula Vigésima Primeira, verbis:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**14. In casu, para os serviços prestados até a presente data** a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no **parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, verbis:**

**Parágrafo único** - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

### **III – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

**15.** Ressalte-se que o Contrato n. 26/2018 ([0363053](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

(...)

d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**16.** A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA N. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

**17.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4<sup>a</sup> Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)

**18.** Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar complementação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela **cláusula décima** do ajuste, conforme já sistematizado no item VI da minuta constante do evento [0721088](#).

## **IV - ANÁLISE DA MINUTA DE APOSTILAMENTO**

**19. Pois bem,** juntou-se aos autos a minuta de Apostila n. 2 ([0721088](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

**20.** Destarte, a minuta de Apostila n. 2 ao Contrato nº 26/2018 está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **V- CONCLUSÃO**

**21.** Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente na informação da unidade gestora do contrato, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da notícia de existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente ([0719026](#)), opina esta Assessoria Jurídica:

a) pelo deferimento da repactuação nos exatos termos demonstrados na Informação 82/2021 da unidade gestora ([0719026](#)) e planilha de cálculos ([0718996](#)), de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho 2021** ([0716508](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, ademais, reprise-se, com expressa previsão na CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA do referido contrato;

b) pela consequente **atualização dos valores do Contrato nº 26/2018**, nos termos da Informação ([0719026](#)) e planilha de cálculos ([0718996](#)) e,

c) pela observância de que como a repactuação pleiteada é retroativa 01/01/2021 e considerando que a contratada já está pagando à mão de obra vinculada ao contrato os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2021, **a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17.**

**22.** Verifica-se que os termos da minuta de Apostila carreada aos autos ([0721088](#)), sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, **para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica manifesta sua aprovação aos referidos termos.**

**23.** Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada no item VI da minuta de Apostila nº 02, evento [0721088](#), com previsão na **Cláusula Décima** do Contrato n. 26/2018 ([0363053](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**24.** Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TER-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, a exemplo de cálculos e planilhas

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 03/08/2021, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0722319** e o código CRC **EE10DC56**.

0001696-82.2018.6.22.8000

PROCESSO: 0001696-82.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Pedido de Repactuação - CCT 2021 – Contrato n. 26/2018 – Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP. Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da Justiça Eleitoral no interior do Estado.

**DESPACHO Nº 1028 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – Limpar Limpeza e Conservação LTDA - EPP para a prestação de serviços de limpeza,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conservação e higienização de 21 (vinte e uma ) unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, 1 (um) posto para cada local, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, sem fornecimento de material de limpeza, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 26/2018 ([0363053](#)), o qual se encontra em plena vigência, nos termos da prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses anotada no Termo Aditivo 02 ao Contrato 26/2018 ([0609749](#)), com termo final previsto em 01/01/2023.

A Seção de Administração Predial (SEAP), unidade gestora da contratação, mediante Informação nº 82/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0719026](#)), comunica o pedido de repactuação feito pela empresa contratada ([0716505](#) e [0716504](#)), em virtude de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2021/2021. Além disso, a SEAP juntou aos autos a planilha de repactuação enviada pela contratada ([0716507](#)) e a convenção coletiva de trabalho 2021/2021 ([0716508](#)).

Noticiou, ainda, que com a repactuação de 2021 o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ 76.821,57 (setenta e seis mil oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos) para R\$ 80.974,95 (oitenta mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), provocando um **aumento de 5,13% (cinco vírgula treze por cento) no valor mensal dos serviços contratados** (percentual arredondado). Como consequência, o **valor da contratação deverá sofrer uma atualização de 2,69% (dois vírgula sessenta e nove por cento)**, conforme a informação da gestão contratual nos autos. A unidade registrou, também, a desnecessidade de reforço no empenho 2021NE000049 para o pagamento da diferença a ser faturada pela contratada, tendo em vista que o saldo atual é suficiente para o custeio total da despesa no exercício.

Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa contratada ([0716507](#)), a unidade gestora do contrato verificou inconsistências nos cálculos e enviou e-mail à empresa ([0718991](#)) apresentando planilha corrigida ([0718996](#)). Em resposta, a empresa manifestou aquiescência com os novos valores e planilhas apresentadas, conforme consta no e-mail juntado no evento [0719020](#).

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo objetivando a repactuação pretendida; e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0719182](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao Despacho 1235/2021 ([0719182](#)), a SECONT carreou a minuta da apostila n. 2 ao Contrato 26/2018 ([0721088](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0721091](#)).

Assim, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral emitiu o Parecer Jurídico nº 108/2021 ([0722319](#)), em que opina pelo deferimento da repactuação nos exatos termos demonstrados na Informação 82/2021 da unidade gestora ([0719026](#)) e planilha de cálculos ([0718996](#)), de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho 2021** ([0716508](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, ademais, reprise-se, com expressa previsão na CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA do referido contrato; **pela atualização dos valores do Contrato nº 26/2018**, nos termos da Informação ([0719026](#)) e planilha de cálculos ([0718996](#)).

Ressalta, ainda, o fato de que a repactuação pleiteada é retroativa a 01/01/2021 e considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2021, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17. Além disso, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, aprovou os termos da minuta de apostila nº 2 ao Contrato n. 26/2018 ([0721088](#)).

A SAOFC manifestou favorável ao deferimento da **repactuação de 5,13%** (cinco inteiros e treze centésimos por cento) ao **Contrato nº. 26/2018** ([0363053](#)), sobre o valor mensal dos serviços contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 1/01/2021**, em face da homologação da **Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2021/2021** ([0716508](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal nº. 9.507/2018, combinado com o Acórdão TCU nº. 1.563/2004 e art. 54 da Instrução Normativa nº. 5/2017 da SLTI/MPOG, por fim pela Cláusula Vigésima Primeira do Contrato originário. Manifestou-se, também, pela atualização do valor do Contrato nº 26/2018 ([0363053](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 1.903.269,84** (um milhão, novecentos e três mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) e complementação da garantia contratual (Manifestação n. 286/2021 - [0723717](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme bem asseverado pela Assessoria Jurídica, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra e auxílio alimentação, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação ([0716508](#)) e na análise da unidade gestora da contratação ([0719026](#)), situação prevista expressamente pelo **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18**, pelo **Acórdão Plenário TCU 1.563/04** e pelo **art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada e prevista em cláusula contratual.

Por oportuno, cabe registrar que a minuta da apostila n. 02 ao Contrato nº 26/2018 ([0721088](#)) foi devidamente aprovada pela AJDG consoante itens 19 e 20 do Parecer Jurídico n. 108/2021 ([0722319](#)), em respeito ao parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

Por fim, cabe ressaltar que, nos termos da parte final da Informação nº 82/2021 - SEAP ([0719026](#)), **não** haverá necessidade de reforço da Nota de Empenho 2021NE000049.

Em razão do exposto, pelo que consta dos autos e com base na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2021/2021 ([0716508](#)) e na planilha de cálculo corrigida ([0718996](#)), com fulcro no **artigo 1º, II, da Portaria GP nº 66/2018**, esta Diretora Geral:

**1. Autoriza a repactuação requerida no percentual de 5,13%** (cinco inteiros e treze centésimos por cento) ao **Contrato nº. 26/2018** ([0363053](#)), sobre o valor mensal dos serviços contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 1/01/2021**, em face da homologação da **Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2021/2021** ([0716508](#)), com fundamento no [art. 12 do Decreto Federal nº. 9.507/2018](#), combinado com o [Acórdão TCU nº. 1.563/2004](#) e [art. 54 da Instrução Normativa nº. 5/2017 da SLTI/MPOG](#) e Cláusula Vigésima Primeira do Contrato originário;

**2. Determina a atualização do valor do Contrato nº 26/2018** ([0363053](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 1.903.269,84** (um milhão, novecentos e três mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos);

**3. Detemina o pagamento apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação**, na forma prevista no contrato, e nos termos do parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MPDG n. 05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **01/01/2021**; e

**4. Determina a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura da apostila, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#), no valor de **R\$ 2.492,03** (dois mil e quatrocentos e noventa e dois reais e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da apostila, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#), e ainda nos termos do [§ 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#) e Cláusula Vigésima Primeira do Contrato Originário.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/08/2021, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0724872** e o código CRC **FDB2081B**.